

**CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO SNIG (CO-SNIG)
ACTA DA 9.ª REUNIÃO**

Data: 11 de março de 2015

Hora de início: 14h30m

Hora de fim: 17h45m

Local: Direção-Geral do Território (DGT) - Rua Artilharia Um, 107, Lisboa

Presidência: Subdiretor-Geral da DGT Mário Caetano

Participantes

Estiveram presentes os seguintes membros do CO-SNIG:

- Mário Caetano, DGT;
- Joaquim Pinto da Costa, Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Maria João Bessa, Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Giuseppe Cornaglia, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Ana Branco e Teresa Pimenta, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Fernando Freitas Artilheiro e Rui Reino Baptista, Instituto Hidrográfico (IH);
- Ana Santos e Jorge Magalhães, Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Gabriel Luís e Pedro Patinha, Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).

Estiveram presentes como entidades convidadas:

- António Perdigão, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Vanda Marcos, Serviço regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional do Turismo e Transportes;
- Henrique Tato Marinho, Direção-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

Outros participantes da DGT: Alexandra Fonseca, Ana Luísa Gomes, Danilo Furtado, Luísa Esmeriz, Manuela Vasconcelos e Paulo Patrício.

Ausências

Não esteve representado o seguinte membro do CO-SNIG:

- Instituto Geográfico do Exército;

As seguintes entidades convidadas para esta reunião não estiveram presentes:

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Serviço regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma da Madeira – Secretaria Regional do Ordenamento do Território e Ambiente;
- Agência para a Coesão e Desenvolvimento, IP (AD&C);
- Agência para a Modernização Administrativa (AMA);
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC).

Agenda

1. Aprovação da agenda
2. Informações
3. Aprovação da ata da reunião anterior
4. Discussão do Plano de Atividades do desenvolvimento do SNIG para 2015
5. Discussão do *road map* para a monitorização 2015
6. Apresentação e discussão do “Diagnóstico 2015”
7. Lançamento da “Análise SWOT do SNIG”
8. Discussão sobre a caracterização da política de dados de base geográfica na Administração Pública
9. Outros assuntos
10. Conclusões

1. Aprovação da Agenda

Após dar as boas vindas aos presentes, Mário Caetano fez questão de relembrar as competências do CO-SNIG, descritas na alínea 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 180/2009.

De seguida apresentou a agenda da reunião, realçando que no ponto 5 havia sido efetuada uma alteração relativamente à proposta de agenda enviada na convocatória: “Aprovação do *road map* para a monitorização 2015” foi substituído por “Discussão do *road map* para a monitorização 2015”.

A ordem de trabalho para a reunião não sofreu qualquer reparo por parte dos participantes tendo sido aprovada.

2. Informações

Alexandra Fonseca (DGT) fez o ponto de situação da transposição para o direito português da Diretiva INSPIRE, referindo que no seguimento da averiguação da conformidade da legislação nacional por parte da Comissão Europeia (CE), Portugal foi contactado para prestar esclarecimentos relativamente a alguns pontos do Decreto-

Lei n.º 180/2009, por considerar que algumas das disposições da Diretiva não foram adequadamente transpostas. Em consequência dos pedidos de explicações por parte da CE, a DGT decidiu proceder à revisão do referido Decreto-Lei, até dezembro de 2015.

Alexandra Fonseca (DGT) referiu ter participado recentemente com Mário Caetano, no *Workshop INSPIRE and Reporting under the environmental acquis*, realizado pelo Joint Research Center (JRC) em 27 e 28 de Janeiro de 2015, em ISPRA, que pretendeu aferir a forma como está a ser planeada ou até mesmo explorada nos Estados Membros, a utilização da Infraestrutura INSPIRE no reporting de diretivas ambientais, um dos objectivos para que foi criada a Directiva INSPIRE. No Workshop foram apresentados os trabalhos em curso para três projetos piloto: *INSPIRE Air quality reporting Pilot*; *INSPIRE Water Framework Directive reporting Pilot*; *INSPIRE Marine Pilot* e ainda alguns avanços relativos à directiva sobre Emissões Industriais. A reunião pretendeu também identificar se estão a ser desenvolvidas medidas de coordenação entre os representantes nacionais dos dois sectores. Foi ainda discutido o papel do MIG-P e do MIG-T neste domínio.

Sobre este ponto Mário Caetano fez questão de agradecer a colaboração da APA por ter fornecido à DGT antes do Workshop informação sobre a sua situação relativamente a este assunto.

De seguida Mário Caetano transmitiu aos participantes as seguintes informações:

- Concurso iGEO – Mentec Criativas: o prazo para submissão de candidaturas foi prolongado até ao próximo dia 15 de abril.
- Conferência “INSPIRE and Geospatial World Forum”: lembrou que a DGT conseguiu negociar com a organização a participação gratuita na conferência de trabalhadores da administração pública que apresentem comunicações orais ou organizem workshops. Referiu que são esperados mais de 2000 participantes de todo o mundo. Informou sobre o workshop organizado pela DGT subordinado ao tema “Infraestruturas de Dados Espaciais em português no mundo”, que decorrerá no dia 29 de maio e será realizado em português, convidando todos os presentes a participarem.
- Iniciativa iGEO: Lembrou que a iniciativa iGEO passará a ser discutida no CO-SNIG. Salientou que o portal iGEO é um complemento do portal do SNIG, onde estão listados, através de um acesso fácil e amigável, os serviços de dados geográficos de acesso gratuito pelo menos para a administração pública e academia. Informou que, tal como anteriormente transmitido em comunicação do Senhor Diretor-Geral da DGT, os serviços WMS e WFS da

Carta de Uso e Ocupação do Solo 2007 estão acessíveis através do portal iGEO.

3. Aprovação da Acta da Reunião Anterior

Mário Caetano informou que a DGT está a estudar a possibilidade de as atas poderem passar a ser aprovadas através de um procedimento por escrito.

António Perdigão (DGADR) mostrou o seu desagrado pelo facto de na acta não estar integralmente transcrito o documento que apresentou no ponto 6 (apresentação das políticas de dados das instituições do CO-SNIG), realçando, no entanto, não se opor à súmula que do mesmo foi realizada.

Vanda Marcos (R. A. dos Açores) solicitou que tanto nas atas como na revisão do Decreto-Lei n.º 180/2009 não ficasse referido o nome da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, mas sim Serviço Regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma dos Açores, facto confirmado por Luísa Esmeriz.

Não tendo sido apresentadas reclamações à proposta de acta da reunião anterior, foi a mesma aprovada pelo Conselho.

4. Discussão do Plano de Atividades do desenvolvimento do SNIG para 2015

Mário Caetano relembrou os objetivos do "SNIG 2020" apresentados na reunião anterior.

De seguida Alexandra Fonseca (DGT) apresentou o plano de atividades SNIG/INSPIRE para 2015, cujos principais objetivos são transformar o SNIG numa Infraestrutura de Informação Geográfica (IIG) moderna e orientada para resultados, que dê cumprimento ao DL 180/2009 e às exigências e boas práticas da diretiva INSPIRE, que envolva os diversos sectores da sociedade, com a participação da academia e que disponibilize dados e não apenas metadados. Focou ainda a importância desta IIG catalogar e permitir o acesso a informação geográfica voluntária (VGI). As principais atividades propostas para 2015 são: (i) realização de uma consulta pública para definição de um posicionamento estratégico, através de um questionário eletrónico como o objetivo de avaliar o nível de utilização do SNIG e quais as expectativas dos seus utilizadores, seguido de uma sessão presencial de *bluesky thinking*, com entidades convidadas; (ii) redação de uma proposta de Visão Estratégica SNIG 2020, com base nos resultados da consulta pública; (iii) consulta pública eletrónica à proposta de Visão Estratégica; (iv) Aprovação da Visão Estratégica SNIG 2020 pelo CO-SNIG e conseqüente definição do Plano de Ação SNIG 2020.

Por fim, Paulo Patrício (DGT) apresentou em detalhe o Plano de Ação SNIG 2015 da DGT, focado nas seguintes atividades: apoio ao desenvolvimento de conteúdos do SNIG, desenvolvimento e manutenção do geoportal do SNIG e desenvolvimento e gestão do portal iGEO.

Após estas apresentações, Mário Caetano perguntou aos participantes se existe algo que pensem que deva ser implementado e não conste do plano apresentado. Não foram sugeridas propostas de alteração. Mário Caetano frisou ainda que Portugal não está a cumprir a Diretiva INSPIRE, realçando as dificuldades que existem na sua implementação, nomeadamente no que diz respeito à harmonização dos dados.

António Perdigão (DGADR) salientou a escassez de recursos humanos de alguns organismos, que julga que poderá tornar inviável a execução do plano de ação apresentado para a implementação da Diretiva.

Mário Caetano concordou na necessidade de capacitação técnica dos recursos das instituições, tendo proposto a apresentação de uma candidatura conjunta ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

Ana Santos (INE) salientou a dificuldade de harmonização dos conjuntos de dados, informando que numa reunião do UN-GGIM havia sido dito que a Diretiva INSPIRE não consegue resolver claramente o problema da harmonização.

Maria João Bessa (ANMP) inquiriu sobre o enquadramento dos municípios no plano de atividades apresentado, informando que o próprio poder local por vezes tem dúvidas sobre qual exatamente o seu papel na implementação da Diretiva. Comunicou que a ANMP está a fazer um levantamento do estado das Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) nos municípios.

Mário Caetano informou que a DGT irá dar início a campanhas de sensibilização sobre o SNIG e a Diretiva INSPIRE junto das CCDR. Propôs a realização de uma reunião bilateral entre a DGT e a ANMP de modo a se articular a melhor forma de efetivar a sensibilização e apoio aos municípios.

Vanda Marcos (R. A. dos Açores) referiu a experiência da sua Secretaria Regional no apoio aos municípios, considerando que os grupos de trabalho transversais são fundamentais por permitirem a troca de experiências entre as diversas entidades.

Henrique Tato Marinho (DGRM) sugeriu procurarem-se formas de financiamento europeu para formação para as tarefas de implementação e harmonização. Julga que se deve pensar numa articulação do SNIMAR com o SNIG.

Fernando Freitas Artilheiro (IH) salientou que em sua opinião há falta de orientação e coordenação a nível europeu no âmbito da Diretiva INSPIRE sobre os temas relacionados com a hidrografia. Considera que a Diretiva terá sido pensada

primariamente para dados em terra, estando conseqüentemente as questões relacionadas com os dados hidrográficos pouco claras.

Teresa Pimenta (ICNF) salientou que no projeto SNIMAR existem diversas ações interessantes relacionadas com a formação em áreas temáticas. Sugeriu a realização de formações sobre metadados e serviços, com a colaboração de entidades já com experiência nessas áreas.

5. Discussão do road map para a monitorização 2015

Mário Caetano propôs a alteração dos procedimentos para aprovação dos relatórios anuais de monitorização da implementação da Diretiva INSPIRE: (i) o Grupo de Trabalho de Monitorização e Reporte (GT M&R) passar a ser constituído por um elemento de cada instituição do CO-SNIG; (ii) o relatório de *reporting* é elaborado e aprovado pelo GT M&R, sendo enviado para o CO-SNIG apenas para validação; (iii) caso o GT M&R não chegue a um consenso, a DGT marcará uma reunião do CO-SNIG para discussão e aprovação do *reporting*.

Esta proposta foi aceite pelo Conselho, ficando decidido que a DGT iria enviar um email a todas as entidades a informar sobre esta mudança no funcionamento do GT M&R e a solicitar a indicação do seu representante.

Jorge Magalhães (INE) solicitou que fossem claramente definidas as competências do GT M&R com vista a que as instituições consigam identificar os seus representantes.

De seguida, Ana Luísa Gomes (DGT) fez uma apresentação onde começou por relembrar os dois tipos de relatórios sobre a aplicação da Diretiva que são necessários elaborar: (i) anuais, com uma abordagem quantitativa dos indicadores calculados com base na lista dos conjuntos e serviços de dados geográficos de cada estado membro; (ii) trianuais, com uma abordagem qualitativa, descrevendo detalhadamente a implementação da Diretiva. Em 2015 será necessário efetuar o relatório anual com os indicadores referentes aos metadados, conjuntos de dados geográficos e serviço. Será disponibilizado on-line o formulário para introdução dos dados de monitorização a preencher pelas entidades da Rede de Pontos Focais Core (RPF Core), cuja informação será compilada pelo GT M&R com vista à entrega do relatório até ao dia 15 de maio.

Após um breve período de debate, foi aprovado o seguinte calendário para as tarefas necessárias à elaboração do relatório:

- 12 de março: envio de email da DGT para todas as instituições da RPF Core, solicitando a nomeação do membro para o GT M&R;
- 17 de março: abertura do formulário on-line;
- 18 a 31 de março: preenchimento do formulário pelas instituições;

- 01 a 08 de abril: tratamento dos dados por parte da DGT;
- 09 de abril: reunião do GT M&R para análise das respostas e definição de orientações com vista à correção de eventuais erros de preenchimento;
- 10 a 23 de abril: reabertura do formulário on-line, para que as instituições possam alterar os dados anteriormente introduzidos;
- 24 a 28 de abril: cálculo dos indicadores de monitorização por parte da DGT;
- 29 de abril: reunião do GT M&R para análise dos indicadores e aprovação do relatório;
- 01 a 08 de maio: homologação do relatório por parte do CO-SNIG;
- 15 de maio: entrega do relatório.

6. Apresentação e discussão do “Diagnóstico 2015”

Mário Caetano informou que durante o ano de 2015 a DGT irá realizar um Diagnóstico do SNIG e da implementação da Diretiva INSPIRE, focado nos seguintes pontos:

- realização de uma consulta pública para avaliar a utilização do SNIG e a implementação da Diretiva INSPIRE;
- análise do funcionamento de todos os serviços listados no SNIG;
- recolha de opiniões institucionais sobre o desenvolvimento do SNIG e implementação da Diretiva INSPIRE;
- análise de relatórios anteriores, tais como os anteriormente submetidos por Portugal, outros relatórios europeus e informação sobre políticas de dados;
- redação do Relatório de Diagnóstico 2015.

A “Consulta Pública sobre o SNIG e INSPIRE: pesquisa, acesso e utilização de informação geográfica em Portugal” será lançada no dia 13 de março. Foi solicitada a participação de todos os presentes, bem como a divulgação desta iniciativa junto da comunidade.

7. Lançamento da “Análise SWOT do SNIG”

Mário Caetano informou que a DGT efetuou uma análise SWOT sobre “Implementação da Diretiva INSPIRE e desenvolvimento do SNIG” com o objetivo de definir estratégias para capitalizar as forças, mitigar as fraquezas, aproveitar as oportunidades e minimizar os riscos. Foi proposta a marcação de uma reunião da RPF Core com vista a efetuar a apresentação do SNIG 2020 e solicitar às entidades participantes a realização da análise SWOT, cujos resultados serão posteriormente compilados pela DGT. Foram sugeridos os seguintes pontos a serem considerados na análise SWOT: conjuntos e serviços de dados geográficos, metadados, serviços de

visualização e descarregamento, harmonização de dados geográficos, acesso e partilha de dados.

8. Discussão sobre a caracterização da política de dados de base geográfica na Administração Pública

Mário Caetano lembrou o teor do artigo 21.º do DL 180/2009, onde estão estabelecidos os princípios da partilha de conjuntos e serviços de dados geográficos entre autoridades públicas, realçando que o mesmo não está a ser cumprido. Afirmou que é necessário o CO-SNIG debruçar-se sobre a forma de implementar a partilha de dados na administração pública. Informou que o Senhor Diretor-geral da DGT decidiu arrancar com um processo para a caracterização das necessidades de informação geográfica, nomeadamente na Administração Pública, para que se possa depois avançar com mecanismos que permitam cumprir o estabelecido no DL 180/2009.

9. Outros Assuntos

Joaquim Pinto da Costa (APA) informou que o validador de metadados do Geoportal INSPIRE não aceita o sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89, tendo solicitado à DGT esclarecimentos sobre esta questão. Foi decidido apurar qual a razão deste problema e tomar as medidas necessárias à sua resolução.

10. Conclusões

Não havendo outros assuntos a tratar, Mário Caetano deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, bem como os contributos apresentados.